

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 90016/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026**

**1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite, incluindo fornecimento, transporte, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, garantia e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, destinados à sede e às Seccionais do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A contratação será dividida nos seguintes grupos:

**GRUPO 01 – EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

- Aparelho de Ar-Condicionado Split 18.000 BTUs com fornecimento e instalação;
- Fragmentadoras automáticas de documentos para as unidades do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

**GRUPO 02 – SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE VIA SATÉLITE**

- Fornecimento, instalação, ativação e configuração de kits de internet via satélite para as unidades do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

**GRUPO 03 – MOBILIÁRIO CORPORATIVO**

- Armário multiuso para material de limpeza;
- Cadeiras diretor ergonômicas;
- Cadeira giratória ergonômica;
- Mesa em “L” para escritório;
- Cadeiras fixas tipo diretor.

Os bens deverão ser fornecidos novos, sem uso anterior, em linha de produção normal do fabricante, acompanhados dos respectivos manuais, acessórios, garantias e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento, observadas as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.3. A divisão do objeto em grupos decorre da similaridade técnica, funcional e mercadológica dos itens que os compõem, buscando ampliar a competitividade, promover ganhos de escala, facilitar a gestão contratual e assegurar maior eficiência na execução contratual, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>I – EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS</b>	1	Aparelho de Ar-Condicionado Split Hi-Wall 18.000 BTUs, tecnologia inverter, incluindo fornecimento, instalação, materiais, acessórios, testes e entrega em pleno funcionamento – Rio Branco/AC.	633899	Unidade	01	R\$ 4.752,12	R\$ 4.752,12
	2	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Manaus/AM.	607689	Unidade	01	R\$ 3.557,74	R\$ 3.557,74
	3	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Rio Branco/AC.	607689	Unidade	01	R\$ 3.557,74	R\$ 3.557,74
	4	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Porto Velho/RO.	607689	Unidade	01	R\$ 3.557,74	R\$ 3.557,74
	5	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Boa Vista/RR.	607689	Unidade	01	R\$ 3.557,74	R\$ 3.557,74
	<b>VALOR TOTAL GRUPO 01: R\$ 18.983,08</b>						
<b>GRUPO 02 – SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE VIA SATELITE COM PLANO</b>	6	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, acessórios necessários ao pleno funcionamento e plano de conectividade pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade residencial de alto desempenho, com velocidades de download compatíveis com o serviço ofertado pelo fornecedor, destinado à unidade do CREF8 localizada em Manaus/AM.	474908	Solução	01	R\$ 7.896,68	R\$ 7.896,68

GRUPO 03 – MOBILIÁRIO CORPORATIVO	7	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, acessórios necessários ao pleno funcionamento e plano de conectividade pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade residencial de alto desempenho, com velocidades de download compatíveis com o serviço ofertado pelo fornecedor, destinado à unidade do CREF8 localizada em Rio Branco/AC.	474908	Solução	01	R\$ 7.896,68	R\$ 7.896,68
	8	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, acessórios necessários ao pleno funcionamento e plano de conectividade pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade residencial de alto desempenho, com velocidades de download compatíveis com o serviço ofertado pelo fornecedor, destinado à unidade do CREF8 localizada em Porto Velho/RO.	474908	Solução	01	R\$ 7.896,68	R\$ 7.896,68
	9	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, acessórios necessários ao pleno funcionamento e plano de conectividade pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade residencial de alto desempenho, com velocidades de download compatíveis com o serviço ofertado pelo fornecedor, destinado à unidade do CREF8 localizada em Boa Vista/RR.	474908	Solução	01	R\$ 7.896,68	R\$ 7.896,68
	<b>VALOR TOTAL GRUPO 02: R\$ 31.586,72</b>						
GRUPO 03 – MOBILIÁRIO CORPORATIVO	10	Armário multiuso em aço para armazenamento de materiais de limpeza, com portas, fechadura e prateleiras internas – Boa Vista/RR.	633709	Unidade	01	R\$ 2.750,00	R\$ 2.750,00
	11	Cadeira diretor ergonômica com encosto em tela mesh, apoio de cabeça regulável, apoio lombar ajustável e braços reguláveis – Manaus/AM.	632021	Unidade	01	R\$ 2.818,97	R\$ 2.818,97

**cref8/AM-AC  
RO-RR**  
**Conselho Regional de Educação Física**  
da 8ª Região

12	Cadeira diretor ergonômica com encosto em tela mesh, apoio de cabeça regulável, apoio lombar ajustável e braços reguláveis – Rio Branco/AC.	632021	Unidade	01	R\$ 2.818,97	R\$ 2.818,97
13	Cadeira giratória ergonômica com regulagem de altura, braços ajustáveis e sistema back system – Rio Branco/AC.	625040	Unidade	01	R\$ 839,60	R\$ 839,60
14	Mesa em "L" 2 portas e 3 gavetas, para escritório diretor, com armário lateral, gavetas, passagem para cabeamento e estrutura reforçada, Material MDP, altura 75 cm, largura 180 cm, profundidade 190 cm, com montagem – Rio Branco/AC.	630278	Unidade	01	R\$ 1.672,32	R\$ 1.672,32
15	Cadeira fixa tipo diretor, estrutura contínua em "S", braços fixos e espuma injetada de alta densidade – Rio Branco/AC.	639041	Unidade	02	R\$ 1.034,21	R\$ 2.068,42
<b>VALOR TOTAL GRUPO 03: R\$ 12.968,28</b>						
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO (01, 02 E 03): R\$ 63.538,08</b>						

1.4. A execução do objeto observará o cronograma físico-financeiro do projeto, contemplando as etapas de fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, conferência, validação técnica e recebimento definitivo dos bens adquiridos, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.5. O fornecimento dos equipamentos e mobiliários deverá ocorrer nos endereços indicados pelo CREF8/AM-AC-RO-RR, compreendendo todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive transporte, frete, seguro, carga, descarga, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais e demais custos necessários ao pleno funcionamento dos bens.

1.6. A contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho, cronograma executivo contendo as datas previstas para fornecimento, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração e conclusão dos serviços associados aos equipamentos fornecidos.

1.7. Os serviços de instalação, montagem, ativação e configuração eventualmente previstos deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados, observando as normas técnicas aplicáveis, as recomendações dos fabricantes, as normas de segurança do trabalho e as condições operacionais das unidades do CREF8.



1.8. Todos os equipamentos e mobiliários fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, acondicionados em suas embalagens originais de fábrica, acompanhados dos respectivos manuais, certificados de garantia, acessórios, componentes e demais itens necessários ao perfeito funcionamento, sendo vedado o fornecimento de produtos usados, remanufaturados, recondicionados ou fora de linha de fabricação.

1.9. Os equipamentos que demandarem instalação, ativação ou configuração somente serão considerados entregues após a realização dos testes operacionais e a confirmação do pleno funcionamento pela fiscalização contratual.

1.10. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional para o CREF8, qualquer equipamento, componente ou acessório que apresente defeito, avaria de transporte, incompatibilidade técnica ou desconformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

1.11. Os bens deverão possuir garantia mínima conforme especificado para cada item, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista na legislação aplicável.

1.12. Os códigos CATMAT eventualmente indicados neste Termo de Referência possuem caráter meramente referencial e destinam-se exclusivamente à identificação dos itens junto aos sistemas governamentais de compras.

1.13. Em caso de divergência entre a descrição constante do código CATMAT e as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, prevalecerão integralmente as especificações, características, requisitos mínimos de desempenho, qualidade, funcionalidade e demais exigências descritas neste instrumento convocatório.

1.14. A apresentação de proposta implicará a plena ciência e concordância da licitante com todas as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, não podendo ser alegado, posteriormente, desconhecimento ou incompatibilidade decorrente de eventual divergência entre a descrição do CATMAT/CATSER e as características efetivamente exigidas para o objeto.

1.15. A Administração poderá aceitar códigos CATMAT equivalentes aos inicialmente indicados, desde que correspondam ao mesmo objeto e não alterem as especificações técnicas mínimas exigidas neste Termo de Referência.

1.16. O fornecimento da solução de conectividade deverá contemplar, obrigatoriamente, todos os equipamentos necessários à operação do serviço, bem como a disponibilização do plano de acesso à internet

pelo período mínimo de 12 (doze) meses, incluindo ativação, habilitação da linha, suporte técnico e manutenção do serviço durante toda a vigência contratual.

1.17. O valor ofertado deverá contemplar integralmente os custos dos equipamentos, instalação, ativação, mensalidades do plano de conectividade durante os 12 (doze) meses de vigência contratual, tributos, encargos e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

1.18. A solução de conectividade via satélite deverá contemplar o fornecimento do equipamento, instalação, ativação e disponibilização do serviço de acesso à internet pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da ativação da solução.

1.19. Todos os custos relacionados à mensalidade do plano, habilitação do serviço, taxas de ativação, licenciamento, suporte técnico, substituição de equipamentos defeituosos e demais despesas necessárias ao funcionamento da solução deverão estar incluídos no valor ofertado.

1.20. A contratada será responsável pela manutenção da prestação do serviço durante todo o período contratado, assegurando o pleno funcionamento da solução nas unidades do CREF8 contempladas nesta contratação.

## **2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação tem por finalidade promover a modernização da infraestrutura administrativa, tecnológica e operacional do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, mediante a aquisição de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite destinados à sede no estado do Amazonas e às seccionais localizadas nos estados do Acre, Rondônia e Roraima.

2.2. A contratação decorre da necessidade de fortalecimento da estrutura física e tecnológica das unidades do CREF8, visando proporcionar melhores condições de trabalho aos colaboradores, ampliar a eficiência administrativa, assegurar maior conforto ergonômico, garantir a continuidade dos serviços institucionais e modernizar os recursos utilizados no desempenho das atividades finalísticas e administrativas da Autarquia.

2.3. No que se refere aos equipamentos administrativos, a aquisição de fragmentadoras automáticas de documentos busca garantir maior segurança no descarte de documentos contendo informações institucionais, pessoais e sensíveis, em conformidade com as boas práticas de gestão documental, segurança da informação e proteção de dados pessoais. A aquisição do aparelho de ar-condicionado visa proporcionar condições adequadas de conforto térmico, preservação de equipamentos e melhoria do ambiente de trabalho.

2.4. Quanto ao mobiliário corporativo, a contratação visa substituir e complementar mobiliários utilizados nas unidades do CREF8, proporcionando melhores condições ergonômicas aos colaboradores, adequação dos ambientes administrativos, organização dos espaços físicos e atendimento às normas relacionadas à saúde e segurança no trabalho, especialmente às disposições da Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia.

2.5. Em relação à solução de conectividade via satélite, a contratação busca garantir acesso à internet de alta disponibilidade em unidades localizadas na região amazônica, assegurando a continuidade dos serviços administrativos, dos atendimentos prestados aos profissionais registrados, do acesso aos sistemas corporativos, da comunicação institucional, da realização de videoconferências e das demais atividades dependentes de conectividade de dados.

2.6. A adoção de tecnologia de comunicação via satélite de órbita baixa (LEO) justifica-se pela necessidade de obtenção de maior estabilidade, disponibilidade e desempenho da conexão de dados, especialmente em localidades onde a infraestrutura convencional de telecomunicações apresenta limitações técnicas ou operacionais.

2.7. A contratação está alinhada aos objetivos institucionais de modernização administrativa, transformação digital, melhoria contínua dos serviços prestados, eficiência operacional e fortalecimento da infraestrutura tecnológica do CREF8, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de trabalho e para o adequado atendimento da sociedade.

2.8. A fundamentação detalhada da contratação, dos quantitativos estimados, das soluções avaliadas e da escolha da solução encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar que integra o presente processo administrativo.

2.9. O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual do CREF8/AM-AC-RO-RR, conforme registro constante do respectivo PCA e demais instrumentos de planejamento institucional.

2.10. A presente contratação integra as ações de fortalecimento institucional financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento do Sistema CONFED/CREFs, observando as metas, cronograma de execução e diretrizes estabelecidas no respectivo projeto aprovado.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução pretendida consiste na aquisição de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite, incluindo fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem,

ativação, configuração, testes operacionais, garantia e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos bens destinados à sede e às Seccionais do CREF8/AM-AC-RO-RR.

3.2. A solução deverá contemplar todas as etapas necessárias à disponibilização dos bens em condições adequadas de utilização, compreendendo, no mínimo:

- I – fornecimento dos equipamentos e mobiliários novos, sem uso anterior;
- II – transporte até os locais de entrega indicados pela Contratante;
- III – fornecimento de todos os acessórios, componentes e materiais necessários à instalação e funcionamento dos equipamentos;
- IV – instalação completa do aparelho de ar-condicionado, incluindo infraestrutura, materiais, testes e entrega em pleno funcionamento;
- V – fornecimento das fragmentadoras de documentos, acompanhadas dos respectivos manuais, acessórios e garantia do fabricante;
- VI – fornecimento, instalação, ativação e configuração da solução de conectividade via satélite, incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da solução;
- VII – montagem dos mobiliários eventualmente entregues desmontados;
- VIII – realização de testes operacionais e validação do funcionamento dos equipamentos instalados;
- IX – fornecimento de manuais, certificados de garantia e documentação técnica aplicável;
- X – substituição de equipamentos ou componentes que apresentem defeitos, avarias ou desconformidades durante o período de garantia;
- XI – suporte técnico e assistência técnica durante o período de garantia dos bens fornecidos.

3.3. A solução deverá garantir que todos os equipamentos sejam entregues em condições adequadas de operação, observando as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, as normas técnicas aplicáveis, as recomendações dos fabricantes e os requisitos de segurança e desempenho exigidos pela Administração.



3.4. Os equipamentos de conectividade via satélite deverão ser entregues instalados, ativados, configurados e aptos para utilização, incluindo a realização de testes de conectividade e validação operacional pela fiscalização contratual.

3.5. Os equipamentos de climatização deverão ser entregues em pleno funcionamento, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, acessórios, tubulações, suportes, cabeamentos, dispositivos de proteção elétrica e demais componentes necessários à instalação completa.

3.6. Os mobiliários deverão ser entregues montados, quando aplicável, em perfeitas condições de uso, livres de defeitos de fabricação, avarias de transporte ou desconformidades em relação às especificações exigidas.

3.7. Durante todo o ciclo de vida da contratação, a Contratada será responsável pela correção de defeitos de fabricação, substituição de componentes defeituosos, suporte técnico e cumprimento das condições de garantia estabelecidas para cada item fornecido.

3.8. A solução deverá observar critérios de qualidade, durabilidade, ergonomia, eficiência energética, segurança operacional e sustentabilidade, de modo a assegurar a adequada utilização dos bens durante sua vida útil e a maximização dos resultados esperados pela Administração.

3.9. Ao término da execução contratual, todos os equipamentos, mobiliários e soluções instaladas deverão estar plenamente operacionais, devidamente testados, aceitos pela fiscalização e acompanhados da documentação técnica e dos certificados de garantia correspondentes.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Além dos requisitos técnicos específicos previstos para cada item, deverão ser observados os requisitos de qualidade, sustentabilidade, segurança, desempenho, durabilidade, ergonomia, eficiência energética e assistência técnica estabelecidos neste Termo de Referência.

4.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, em linha normal de fabricação, acompanhados de manuais, certificados de garantia, acessórios, componentes e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento.

4.3. Não serão aceitos equipamentos usados, reconicionados, remanufaturados, recuperados ou fora de linha de fabricação.

4.4. Os equipamentos elétricos e eletrônicos deverão possuir certificações, homologações e registros exigidos pelos órgãos competentes, especialmente INMETRO, ANATEL e demais entidades reguladoras aplicáveis, quando exigíveis.

4.5. Os códigos CATMAT eventualmente utilizados possuem caráter meramente referencial para fins de cadastramento e identificação dos itens nos sistemas governamentais de compras.

4.6. Em caso de divergência entre a descrição constante do CATMAT e as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, prevalecerão integralmente as características, requisitos mínimos de desempenho, qualidade, funcionalidade e demais exigências descritas neste instrumento convocatório.

4.7. Os equipamentos eletrônicos deverão possuir eficiência energética compatível com as normas vigentes, observando-se, sempre que aplicável, classificação energética "A" ou superior e certificações reconhecidas nacionalmente.

4.8. Os componentes eletrônicos empregados nos equipamentos deverão observar, sempre que possível, restrições quanto à utilização de substâncias perigosas previstas na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) ou norma equivalente.

4.9. A contratada será responsável pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos eventualmente gerados durante a instalação dos equipamentos, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas ambientais aplicáveis.

4.10. Todos os custos relacionados ao fornecimento, transporte, frete, seguro, carga, descarga, montagem, instalação, ativação, configuração, testes operacionais e demais despesas necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos deverão estar incluídos na proposta comercial.

4.11. Os equipamentos que demandarem instalação deverão ser entregues em pleno funcionamento, acompanhados dos respectivos testes operacionais e validação pela fiscalização contratual.

4.12. Os serviços de instalação, montagem, ativação e configuração deverão ser executados por profissionais qualificados e capacitados, observando as normas técnicas aplicáveis e as recomendações dos fabricantes.

4.13. Os produtos fornecidos deverão possuir garantia mínima conforme especificado para cada item, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.14. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição, reparo ou correção de defeitos de fabricação, vícios, falhas de funcionamento ou desconformidades identificadas pela Administração, sem qualquer ônus adicional para o CREF8.

4.15. Os equipamentos fornecidos deverão possuir assistência técnica autorizada em território nacional ou rede de atendimento capaz de garantir suporte adequado durante o período de garantia.

4.16. As cadeiras corporativas deverão atender aos princípios ergonômicos previstos na Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), assegurando conforto, segurança e adequação ao uso prolongado em ambiente administrativo.

4.17. O aparelho de ar-condicionado deverá ser fornecido com todos os materiais, acessórios, dispositivos elétricos, suportes, tubulações, drenos, conexões e demais componentes necessários à instalação completa e ao pleno funcionamento do equipamento.

4.17.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento e instalação completa do equipamento, incluindo todos os materiais, acessórios, componentes e serviços necessários ao seu perfeito funcionamento, tais como suportes, tubulações, conexões, isolamento térmico, drenos, cabeamento elétrico, canaletas, dispositivos de proteção elétrica, parafusos, fixadores, acabamento e demais itens indispensáveis à instalação.

4.17.2. A proposta deverá contemplar todos os materiais necessários à instalação completa do equipamento, considerando distância mínima entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora de até 5 (cinco) metros, não sendo admitida cobrança posterior por materiais ou serviços indispensáveis ao pleno funcionamento do equipamento dentro dessa metragem.

4.17.3. Concluída a instalação, a contratada deverá realizar testes operacionais e entregar o equipamento em pleno funcionamento, sem qualquer custo adicional para o CREF8.

4.18. A solução de conectividade via satélite deverá ser entregue instalada, ativada, configurada e apta para utilização, incluindo o fornecimento do equipamento, habilitação do serviço e disponibilização do plano de acesso à internet pelo período mínimo de 12 (doze) meses, sem interrupção da prestação do serviço durante a vigência contratual.

4.19. A solução de conectividade via satélite deverá utilizar tecnologia de comunicação por satélite de órbita baixa (LEO), padrão Starlink Standard ou tecnologia equivalente, garantindo desempenho compatível com aplicações administrativas, acesso a sistemas corporativos, videoconferências, comunicação institucional e demais atividades desenvolvidas pelo CREF8.

4.20. Os mobiliários deverão ser entregues montados, quando aplicável, em perfeitas condições de uso, livres de defeitos, avarias de transporte ou desconformidades em relação às especificações exigidas neste Termo de Referência.

4.21. A contratada deverá observar princípios de responsabilidade social, sustentabilidade ambiental, governança corporativa, ética profissional e cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, ambiental e de saúde e segurança do trabalho.

4.22. Como condição para contratação e manutenção do ajuste, a contratada deverá manter regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais condições de habilitação exigidas durante toda a execução contratual.

## **5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.1. A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de atribuição clara de responsabilidade à contratada quanto ao fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração, garantia e assistência técnica dos equipamentos e mobiliários adquiridos, assegurando à Administração a existência de interlocutor único para fins de fiscalização, recebimento, acionamento de garantias, correção de falhas e responsabilização contratual.

5.1.2. A execução direta do objeto pela contratada contribui para a adequada gestão dos riscos contratuais, para a uniformidade dos serviços de instalação e montagem, para a manutenção dos padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência e para a efetiva responsabilização pelo cumprimento integral das obrigações assumidas.

5.1.3. A contratada poderá utilizar mão de obra própria ou vinculada à sua estrutura operacional para execução das atividades de transporte, instalação, montagem, ativação e configuração dos equipamentos, permanecendo integralmente responsável perante a Administração por todos os atos praticados durante a execução contratual.

5.1.4. A eventual utilização de assistência técnica autorizada pelo fabricante durante o período de garantia não caracterizará subcontratação do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável perante o CREF8 pelo atendimento das obrigações contratuais e das condições de garantia estabelecidas neste Termo de Referência.

## **6. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**



6.1. Não será exigida garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.1.1. A opção pela não exigência de garantia contratual fundamenta-se na natureza do objeto, que consiste predominantemente no fornecimento de bens permanentes de baixa complexidade operacional, com entrega e instalação em prazo determinado, não se identificando riscos que justifiquem a imposição da garantia prevista na legislação.

6.1.2. A medida observa os princípios da economicidade, competitividade e eficiência administrativa, considerando que a exigência de garantia contratual poderia restringir a participação de licitantes e resultar em custos adicionais repassados à Administração.

## **6.2. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS**

6.2.1. Todos os bens fornecidos deverão possuir garantia mínima do fabricante e da contratada, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2.2. O prazo mínimo de garantia será:

I – Ar-condicionado Split 18.000 BTUs: 12 (doze) meses para equipamento e instalação;

II – Fragmentadoras de documentos: 12 (doze) meses;

III – Solução de conectividade via satélite: 12 (doze) meses para equipamentos e instalação;

IV – Mobiliário corporativo: 12 (doze) meses, ressalvados os casos em que o fabricante oferecer prazo superior.

6.2.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá reparar, substituir ou corrigir, sem ônus para o CREF8, quaisquer defeitos de fabricação, falhas de funcionamento, vícios, avarias ou desconformidades verificadas nos bens fornecidos.

6.2.4. Os atendimentos de garantia deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias úteis após a comunicação formal da Administração.

6.2.5. Não sendo possível o reparo definitivo no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contratada deverá substituir o item por outro novo, com características equivalentes ou superiores, sem qualquer custo adicional para o CREF8.

## **7. VISTORIA TÉCNICA**

7.1. A realização de vistoria técnica não constitui condição obrigatória para participação na licitação.

7.1.1. Fica assegurado aos interessados o direito de realizar vistoria técnica facultativa nos locais de instalação dos equipamentos, mediante prévio agendamento junto ao CREF8/AM-AC-RO-RR, com a finalidade de conhecer as condições físicas dos ambientes, os locais de entrega, as condições de acesso, os pontos de instalação e demais informações que possam influenciar na formulação da proposta.

7.1.2. A vistoria poderá ser realizada em dias úteis, durante o horário de expediente da Administração, mediante agendamento prévio junto ao setor responsável pela condução da contratação.

7.1.3. Durante a vistoria poderão ser apresentados aos interessados, conforme aplicável:

I – os ambientes destinados à instalação dos equipamentos;

II – os locais de entrega dos mobiliários;

III – os pontos destinados à instalação do aparelho de ar-condicionado;

IV – os locais previstos para instalação da solução de conectividade via satélite;

V – as condições de acesso às dependências da Administração;

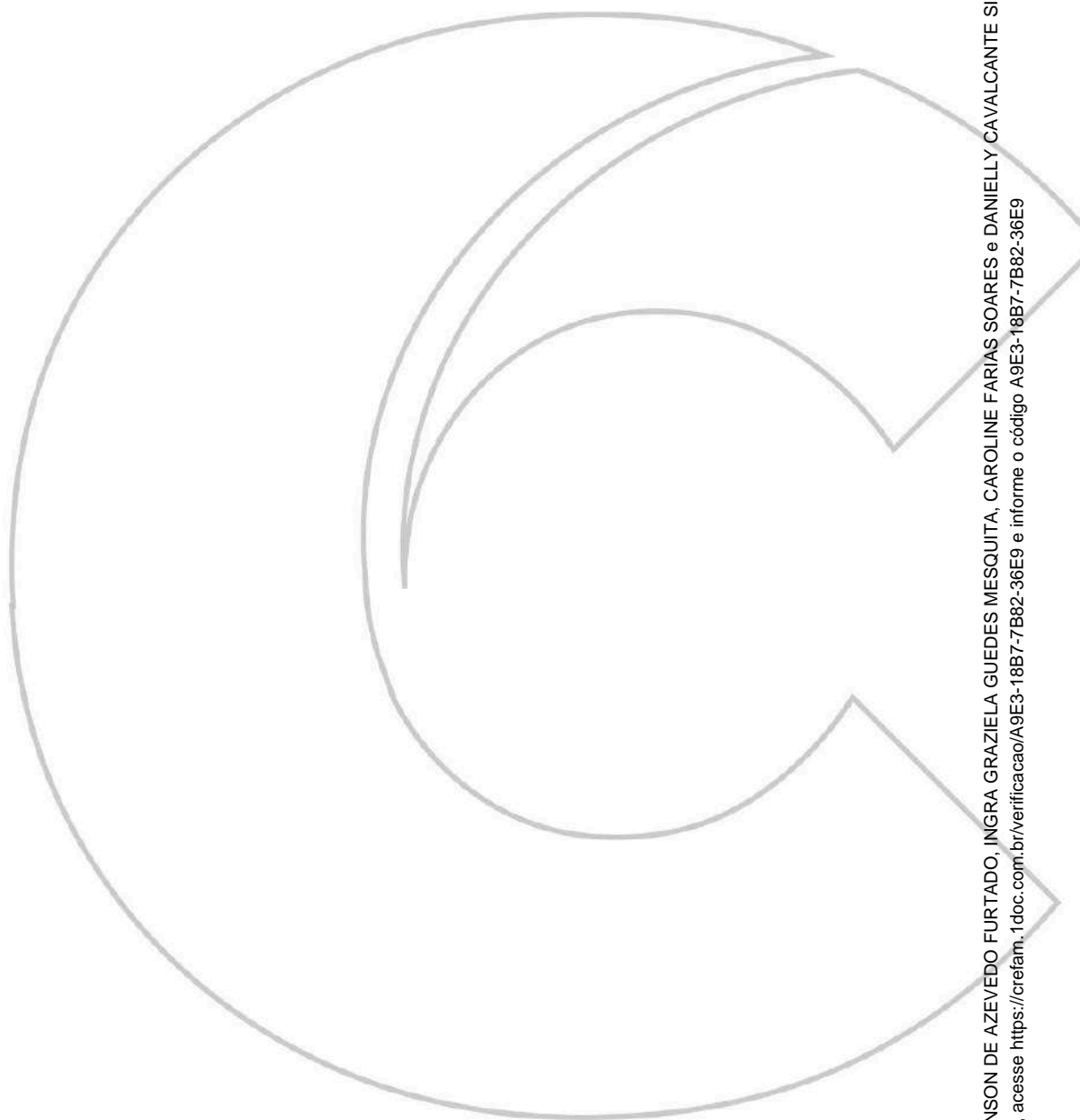
VI – demais informações necessárias à adequada compreensão das condições de execução do objeto.

7.1.4. O licitante que optar por não realizar a vistoria técnica não poderá alegar posteriormente desconhecimento das condições locais para justificar pedidos de alteração contratual, revisão de preços, reequilíbrio econômico-financeiro ou descumprimento das obrigações assumidas.

7.1.5. A apresentação da proposta implicará plena ciência das condições necessárias ao fornecimento, entrega, instalação, montagem, ativação e configuração dos equipamentos e mobiliários, independentemente da realização da vistoria técnica.

7.1.6. A Administração poderá disponibilizar aos interessados fotografias, informações técnicas, endereços das unidades, características dos ambientes e demais elementos necessários à adequada elaboração das propostas, de modo a reduzir a necessidade de deslocamentos exclusivamente para fins de vistoria.

7.1.7. Os custos decorrentes da realização da vistoria serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não cabendo qualquer indenização ou ressarcimento por parte da Administração.



## **8. CONTROLE DE QUALIDADE, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS BENS**

8.1. Todos os equipamentos, mobiliários e demais itens fornecidos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, observando integralmente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. O recebimento dos bens ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento Provisório; e

II – Recebimento Definitivo.

8.3. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega dos bens, mediante verificação preliminar das quantidades, integridade física das embalagens, identificação dos produtos e conferência inicial das especificações contratadas.

8.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência detalhada dos equipamentos, mobiliários, instalações, montagens, ativações, configurações e testes operacionais, oportunidade em que será verificada a conformidade do objeto com todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Para os equipamentos que demandarem instalação, montagem, ativação ou configuração, o recebimento definitivo somente ocorrerá após a conclusão dos respectivos serviços e a comprovação do pleno funcionamento dos equipamentos.

8.6. No caso da solução de conectividade via satélite, o recebimento definitivo dependerá da realização de testes operacionais de conectividade, estabilidade da conexão, funcionamento da antena, do roteador e dos demais componentes fornecidos.

8.7. No caso do aparelho de ar-condicionado, o recebimento definitivo dependerá da verificação da instalação completa, funcionamento adequado do equipamento, acionamento de todas as funcionalidades previstas e ausência de falhas operacionais.

8.8. Os mobiliários deverão ser entregues livres de defeitos de fabricação, avarias de transporte, danos estruturais, desalinhamentos, falhas de montagem ou quaisquer inconformidades que comprometam sua utilização.

8.9. A fiscalização contratual poderá rejeitar, total ou parcialmente, qualquer item que:



I – apresente defeito de fabricação;

da 8ª Região

II – apresente avaria decorrente do transporte;

III – não atenda às especificações técnicas exigidas;

IV – apresente incompatibilidade com o objeto contratado;

V – não esteja acompanhado dos acessórios, componentes, manuais ou certificados exigidos;

VI – apresente falhas de instalação, montagem, ativação ou configuração.

8.10. Os itens rejeitados deverão ser substituídos, reparados ou corrigidos pela contratada, sem qualquer ônus para o CREF8, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da notificação formal da Administração.

8.11. Todos os equipamentos deverão ser entregues acompanhados dos respectivos manuais de operação, termos de garantia, certificados eventualmente exigidos pelos órgãos competentes e demais documentos necessários à sua adequada utilização.

8.12. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos, defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento constatadas durante o período de garantia.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Execução**

9.1. A execução do objeto observará o cronograma físico-financeiro do projeto, contemplando as etapas de fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, conferência, validação técnica, recebimento definitivo e encerramento contratual.

9.2. A contratada deverá estar apta a iniciar o fornecimento dos bens em até 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho.

9.3. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar cronograma executivo contendo:

I – cronograma de fornecimento;

II – cronograma de entrega por unidade do CREF8;

III – cronograma de instalação e montagem;

IV – cronograma de ativação da solução de conectividade via satélite;

V – identificação dos responsáveis técnicos, quando aplicável.

9.4. A execução contratual compreenderá, conforme o item contratado:

I – fornecimento dos equipamentos e mobiliários;

II – transporte até os locais indicados pela Administração;

III – descarga e movimentação dos bens;

IV – montagem dos mobiliários;

V – instalação do aparelho de ar-condicionado;

VI – fornecimento, instalação, ativação e configuração da solução de conectividade via satélite;

VII – realização de testes operacionais;

VIII – entrega dos manuais e certificados de garantia;

IX – orientação básica para utilização dos equipamentos instalados.

9.5. Todos os custos necessários à execução do objeto deverão estar incluídos na proposta da contratada, inclusive frete, transporte, seguro, carga, descarga, materiais de instalação, mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos auxiliares e demais despesas necessárias ao perfeito funcionamento dos bens.

#### **Locais de Entrega e Instalação**

9.6. Os equipamentos, mobiliários e demais itens objeto da contratação deverão ser entregues e instalados, conforme aplicável, nos seguintes endereços:

I – Amazonas:

Avenida Maués, nº 1023, Bairro Cachoeirinha, CEP 69065-070, Manaus/AM.

II – Acre:

Estrada Dias Martins, nº 204, Sala 06, Residencial Petrópolis, CEP 69919-140, Rio Branco/AC.

III – Rondônia:

Rua Rafael Vaz e Silva, nº 3671, Sala 03-C, Condomínio Liberdade, CEP 76803-847, Porto Velho/RO.

IV – Roraima:

Avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 593, 1º Piso, Sala 07, Centro, CEP 69301-410, Boa Vista/RR.

9.7. As entregas deverão ser previamente agendadas com a fiscalização contratual.

#### **Recebimento Provisório e Definitivo**

9.8. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos bens, mediante conferência preliminar das quantidades, identificação dos produtos e verificação da integridade física das embalagens.

9.9. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência detalhada das especificações técnicas, montagem, instalação, ativação, configuração e realização dos testes operacionais previstos neste Termo de Referência.

9.10. Os equipamentos que demandarem instalação ou ativação somente serão considerados entregues após a comprovação de seu pleno funcionamento.

9.11. O aparelho de ar-condicionado somente será recebido definitivamente após:

I – conclusão da instalação;

II – realização dos testes operacionais;

III – verificação do correto funcionamento do equipamento;

IV – validação pela fiscalização contratual.

9.12. A solução de conectividade via satélite somente será recebida definitivamente após:

I – instalação da antena;

II – configuração do roteador;

III – testes de conectividade;

IV – validação da comunicação de dados pela fiscalização.

V - comprovação da ativação do plano de conectividade contratado e vinculação da assinatura à unidade correspondente do CREF8.

9.13. Os mobiliários deverão ser entregues montados, quando aplicável, em perfeitas condições de uso e sem avarias.

9.14. A fiscalização poderá rejeitar total ou parcialmente qualquer item que:

I – não atenda às especificações técnicas;

II – apresente defeitos de fabricação;

III – apresente avarias de transporte;

IV – esteja incompleto;

V – não funcione adequadamente.

9.15. Os itens rejeitados deverão ser substituídos ou corrigidos pela contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, sem qualquer ônus para o CREF8.

#### **Garantia e Assistência Técnica**

9.16. Todos os bens fornecidos deverão ser acompanhados dos respectivos termos de garantia do fabricante.

9.17. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela correção de falhas, defeitos de fabricação e substituição de componentes defeituosos, sem custos adicionais para a Administração.

9.18. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos ou defeitos constatados posteriormente durante o período de garantia.



## **10. MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA**

10.1. Para a perfeita execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional para o CREF8, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, insumos, recursos técnicos e mão de obra necessários ao fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração e testes operacionais dos bens contratados.

10.2. Deverão ser disponibilizados, conforme aplicável ao item contratado:

I – materiais necessários à instalação do aparelho de ar-condicionado, incluindo suportes, tubulações, conexões, isolamento térmico, drenos, cabeamento elétrico, canaletas, dispositivos de proteção elétrica, parafusos, fixadores e demais componentes necessários ao pleno funcionamento do equipamento;

II – equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários à instalação e testes do aparelho de ar-condicionado;

III – materiais, ferramentas e equipamentos necessários à montagem dos mobiliários fornecidos;

IV – materiais, suportes, fixadores, cabeamentos, conectores, fontes de alimentação e demais acessórios necessários à instalação, ativação e configuração da solução de conectividade via satélite;

V – equipamentos e ferramentas necessárias à realização dos testes operacionais dos equipamentos fornecidos;

VI – mão de obra qualificada para execução das atividades de transporte, montagem, instalação, ativação, configuração e testes operacionais.

10.3. Todos os custos relacionados à aquisição, transporte, armazenamento, manutenção, substituição, instalação e utilização dos materiais e equipamentos empregados na execução contratual serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

10.4. Os equipamentos, ferramentas e instrumentos utilizados pela contratada deverão permanecer em perfeitas condições de funcionamento durante toda a execução contratual, cabendo à contratada providenciar sua imediata substituição em caso de falha, defeito ou indisponibilidade.

10.5. Nenhum custo adicional poderá ser cobrado do CREF8 em razão do fornecimento de materiais, acessórios, componentes, equipamentos ou recursos necessários à perfeita execução do objeto contratado.

10.6. Todos os materiais e componentes utilizados nas instalações deverão ser novos, compatíveis com os equipamentos fornecidos e atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis.

## **11. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

11.1. A licitante deverá considerar, para fins de elaboração da proposta, todas as condições, especificações técnicas, locais de entrega, exigências de instalação, montagem, ativação, configuração, garantia e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

11.2. Os equipamentos, mobiliários e demais itens objeto da contratação serão entregues nas unidades do CREF8 localizadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, conforme endereços indicados neste Termo de Referência.

11.3. Compete ao CREF8:

I – disponibilizar acesso às dependências das unidades para recebimento dos bens;

II – indicar servidor responsável pelo acompanhamento da entrega, montagem, instalação e recebimento dos itens;

III – disponibilizar ponto de energia elétrica compatível para instalação dos equipamentos;

IV – disponibilizar os ambientes destinados à instalação dos equipamentos e mobiliários;

V – fornecer as informações necessárias ao agendamento das entregas e instalações.

11.4. Compete à Contratada:

I – fornecer todos os equipamentos, mobiliários, acessórios, componentes e materiais previstos neste Termo de Referência;

II – realizar o transporte dos bens até os respectivos locais de entrega;

III – executar a montagem dos mobiliários, quando aplicável;

IV – executar a instalação completa do aparelho de ar-condicionado, incluindo materiais, acessórios, dispositivos elétricos, suportes, tubulações, drenos, acabamentos e demais componentes necessários ao seu pleno funcionamento;

V – executar a instalação, ativação e configuração da solução de conectividade via satélite, incluindo fornecimento de suportes, cabeamentos, fixadores, conectores e demais materiais necessários;

VI – realizar os testes operacionais dos equipamentos instalados;

VII – fornecer manuais, certificados de garantia e demais documentos exigidos;

VIII – prestar assistência técnica e suporte durante o período de garantia.

11.5. A licitante deverá considerar em sua proposta todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo:

I – fornecimento dos bens;

II – frete;

III – transporte;

IV – seguro;

V – carga e descarga;

VI – mão de obra;

VII – montagem;

VIII – instalação;

IX – ativação;

X – configuração;

XI – materiais complementares;

XII – ferramentas;

XIII – tributos;

XIV – encargos trabalhistas e previdenciários;

XV – deslocamentos;

XVI – assistência técnica;

XVII – garantia;

XVIII – demais despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

11.6. Não serão admitidos pedidos de acréscimos de valores decorrentes de custos que deveriam ter sido considerados na elaboração da proposta comercial.

11.7. A apresentação da proposta implicará plena ciência das condições de execução do objeto e aceitação de todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

11.8. Para o item de fornecimento e instalação do aparelho de ar-condicionado, a licitante deverá considerar, no mínimo, a instalação completa do equipamento com distância de até 5 (cinco) metros entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora, incluindo todos os materiais necessários ao pleno funcionamento do equipamento.

11.9. A licitante deverá considerar, obrigatoriamente, o fornecimento dos equipamentos, a habilitação do serviço e todas as mensalidades necessárias para manutenção da conectividade durante os 12 (doze) meses de vigência contratual, sendo vedada a cobrança posterior de qualquer valor adicional relacionado ao plano de acesso à internet.

## **12. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO OBJETO**

12.1. A contratada deverá garantir a qualidade, o desempenho, a durabilidade e o perfeito funcionamento dos equipamentos, mobiliários e serviços de instalação, montagem, ativação e configuração executados no âmbito da presente contratação.

12.2. Sem prejuízo da garantia legal prevista na legislação aplicável, os bens fornecidos deverão possuir garantia contratual mínima, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, observados os seguintes prazos:

I – aparelho de ar-condicionado: garantia mínima de 12 (doze) meses para o equipamento e para os serviços de instalação;

II – fragmentadoras de documentos: garantia mínima de 12 (doze) meses;

III – solução de conectividade via satélite: garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos fornecidos e para os serviços de instalação, ativação e configuração;



IV – mobiliário corporativo: garantia mínima de 12 (doze) meses.

12.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá reparar, substituir ou corrigir, sem qualquer ônus para o CREF8, defeitos de fabricação, falhas de funcionamento, vícios, avarias ou desconformidades identificadas nos bens fornecidos ou nos serviços executados.

12.4. Identificada qualquer inconformidade durante o período de garantia, a contratada deverá iniciar as providências para atendimento da ocorrência no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação formal da Administração.

12.5. Não sendo possível a correção definitiva do problema no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contratada deverá substituir o equipamento, componente ou item defeituoso por outro novo, de características equivalentes ou superiores, sem qualquer custo adicional para o CREF8.

12.6. A garantia contratual abrange, no mínimo:

I – defeitos de fabricação;

II – falhas de funcionamento dos equipamentos;

III – falhas decorrentes dos serviços de instalação, montagem, ativação ou configuração;

IV – defeitos em componentes, acessórios e peças fornecidas;

V – avarias não decorrentes de mau uso pela Administração.

12.7. Os atendimentos realizados em garantia não interrompem nem suspendem os prazos de garantia originalmente contratados, devendo os componentes substituídos possuir garantia compatível com a do item originalmente fornecido.

12.8. A garantia contratual não exclui nem reduz a responsabilidade civil, administrativa ou contratual da contratada pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros em decorrência de defeitos dos bens fornecidos ou falhas na execução do objeto.

12.9. Todos os custos relacionados à assistência técnica, deslocamentos, mão de obra, peças, componentes, transporte e substituição de equipamentos durante o período de garantia serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

12.10. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para acionamento da garantia e suporte técnico, mediante telefone, correio eletrônico, sistema eletrônico ou outro meio equivalente, durante todo o período de garantia.

### **13. PROCEDIMENTOS DE FINALIZAÇÃO E ENCERRAMENTO DO CONTRATO**

13.1. Ao término da vigência contratual, por conclusão do objeto, rescisão, encerramento ou qualquer outra forma de extinção contratual, a contratada deverá assegurar a entrega de toda a documentação técnica, certificados de garantia, manuais, registros de instalação, relatórios de testes e demais documentos produzidos durante a execução contratual.

13.2. Antes do encerramento contratual, a fiscalização realizará a verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto:

- I – ao fornecimento integral dos bens contratados;
- II – à conclusão das instalações, montagens, ativações e configurações previstas;
- III – à realização dos testes operacionais exigidos;
- IV – à entrega dos manuais e certificados de garantia;
- V – à correção de eventuais pendências identificadas durante a execução contratual.

13.3. A contratada deverá entregar Relatório Final de Execução contendo, no mínimo:

- I – relação dos itens fornecidos;
- II – identificação dos locais de entrega;
- III – identificação dos equipamentos instalados;
- IV – relação dos serviços de instalação, montagem, ativação e configuração executados;
- V – registro dos testes operacionais realizados;
- VI – relação dos certificados de garantia fornecidos;
- VII – registro das ocorrências verificadas durante a execução contratual, quando houver;

VIII – indicação de eventuais pendências existentes.

13.4. Ao término da contratação, a contratada deverá disponibilizar ao CREF8:

I – manuais técnicos e operacionais dos equipamentos fornecidos;

II – certificados e termos de garantia;

III – documentação técnica eventualmente fornecida pelos fabricantes;

IV – registros de instalação e ativação dos equipamentos;

V – demais documentos necessários à adequada utilização, operação e acionamento das garantias.

VI – Comprovante de ativação e funcionamento da solução de conectividade via satélite, contendo identificação do equipamento instalado e respectiva unidade do CREF8.

13.5. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo e o encerramento contratual não afastam a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento das obrigações de garantia previstas neste Termo de Referência.

13.6. Havendo pendências de garantia, assistência técnica, substituição de componentes ou correção de defeitos identificados durante o período de garantia, a contratada permanecerá responsável pelo seu atendimento, independentemente do encerramento da vigência contratual.

13.7. O encerramento do contrato somente ocorrerá após a certificação, pela fiscalização contratual, do cumprimento das obrigações assumidas e da inexistência de pendências relacionadas ao fornecimento, instalação e documentação dos bens contratados.

#### **14. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, GARANTIAS E PROPRIEDADE DOS BENS**

14.1. Todos os equipamentos, mobiliários, acessórios, componentes, manuais, certificados e demais itens fornecidos no âmbito da presente contratação passarão a integrar o patrimônio do CREF8 após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e respectivo tombamento patrimonial, quando aplicável.

14.2. A contratada deverá fornecer ao CREF8 toda a documentação técnica disponibilizada pelo fabricante dos equipamentos, incluindo manuais de operação, instalação, manutenção e acionamento de garantia, quando aplicável.

14.3. Os certificados de garantia, termos de garantia do fabricante e demais documentos relacionados ao suporte técnico deverão ser entregues à Administração no ato do recebimento definitivo dos bens.

14.4. No caso da solução de conectividade via satélite, a contratada deverá disponibilizar ao CREF8 todas as informações necessárias para operação, gerenciamento, acionamento da garantia e suporte técnico dos equipamentos instalados.

14.5. A contratada não poderá impor qualquer restrição técnica ou contratual que impeça o pleno uso, manutenção, operação ou acionamento da garantia dos equipamentos fornecidos pelo CREF8.

14.6. Os equipamentos fornecidos deverão ser entregues livres de quaisquer bloqueios, limitações de uso, vínculos contratuais ocultos ou restrições que impeçam sua plena utilização pela Administração.

14.7. A finalização da contratação somente será considerada concluída após:

- I – entrega integral dos bens contratados;
- II – conclusão das instalações, montagens, ativações e configurações previstas;
- III – entrega da documentação técnica exigida;
- IV – entrega dos certificados de garantia;
- V – emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Administração.

14.8. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não afasta a responsabilidade da contratada pelo cumprimento das obrigações de garantia, assistência técnica e suporte previstas neste Termo de Referência.

14.9. A contratada permanecerá responsável pelo atendimento das obrigações de garantia durante todo o período contratualmente estabelecido, independentemente do encerramento da vigência do contrato.

14.10. A contratada deverá fornecer, quando solicitado pela Administração, documentação complementar necessária à instrução de processos de prestação de contas, auditorias, fiscalizações ou demais procedimentos de controle relacionados à contratação.

## **15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, as disposições deste Termo de Referência, da proposta vencedora, da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



15.2. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão da execução contratual por determinação da Administração ou por motivo devidamente justificado e aceito pela fiscalização, os prazos de execução poderão ser ajustados mediante formalização nos autos do processo.

15.3. As comunicações entre o CREF8 e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por meio eletrônico, mediante correio eletrônico institucional, sistema eletrônico de gestão contratual ou outro meio formalmente definido pela Administração.

15.4. A contratada deverá indicar formalmente preposto responsável pela execução contratual, o qual atuará como interlocutor junto ao CREF8 durante toda a vigência do contrato.

15.5. O CREF8 poderá convocar o preposto da contratada para reuniões técnicas, administrativas ou de acompanhamento contratual sempre que necessário ao adequado gerenciamento da execução do objeto.

15.6. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá realizar reunião inicial de alinhamento para apresentação:

I – dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização;

II – dos critérios de recebimento provisório e definitivo;

III – dos procedimentos para acionamento de garantias;

IV – dos prazos de execução contratual;

V – das obrigações da contratada;

VI – das hipóteses de aplicação de sanções administrativas.

15.7. A fiscalização contratual acompanhará a execução do objeto, verificando o cumprimento dos prazos, especificações técnicas, condições de entrega, montagem, instalação, ativação, configuração, garantia e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

15.8. A contratada deverá manter atualizadas, durante toda a execução contratual, as informações relativas ao cronograma de fornecimento, entregas realizadas, instalações concluídas, pendências existentes e atendimentos em garantia.

15.9. O recebimento dos bens observará as etapas de recebimento provisório e recebimento definitivo previstas neste Termo de Referência.

15.10. A fiscalização poderá rejeitar total ou parcialmente qualquer item que apresente desconformidade com as especificações técnicas exigidas, defeitos de fabricação, falhas de instalação, montagem inadequada ou qualquer condição que comprometa sua utilização.

15.11. A contratada deverá corrigir, substituir ou reparar os itens rejeitados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da notificação formal da Administração, sem qualquer ônus adicional para o CREF8.

15.12. O acompanhamento da execução contratual será realizado por gestor e fiscais formalmente designados pela autoridade competente, observando as atribuições previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.246/2022.

15.13. O pagamento ficará condicionado ao cumprimento das obrigações contratuais, à apresentação da documentação exigida e ao recebimento definitivo dos bens ou etapas executadas, quando aplicável.

15.14. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, no contrato e neste Termo de Referência.

15.15. Durante o período de garantia, a fiscalização contratual acompanhará os atendimentos realizados pela contratada, podendo registrar ocorrências, solicitar correções, exigir substituições e adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

15.16. Os documentos relacionados à execução contratual, incluindo notas fiscais, termos de recebimento, certificados de garantia, relatórios de instalação e demais registros pertinentes, deverão permanecer disponíveis para fiscalização, auditoria, controle interno, controle externo e prestação de contas dos recursos utilizados na contratação.

15.17. A contratada deverá manter canal permanente de comunicação com a fiscalização contratual durante toda a execução do contrato, possibilitando o acompanhamento das entregas, instalações e atendimentos em garantia nas unidades localizadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

## **16. PREPOSTO**

16.1. A Contratada deverá designar formalmente, antes do início da execução contratual, preposto responsável pelo acompanhamento do fornecimento, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração e atendimento das obrigações de garantia, indicando seus dados de identificação, contatos telefônicos e endereço eletrônico.

16.2. O preposto deverá possuir poderes para receber notificações, prestar esclarecimentos, acompanhar a execução contratual, adotar providências operacionais e representar a contratada perante o CREF8 em assuntos relacionados ao objeto contratado.

16.3. A Contratada deverá manter canal permanente de comunicação entre o preposto e a fiscalização contratual durante toda a vigência do contrato, inclusive durante o período de garantia dos bens fornecidos.

16.3.1. Compete ao preposto, dentre outras atribuições:

- I – acompanhar o fornecimento dos bens contratados;
- II – coordenar as entregas, montagens, instalações, ativações e configurações previstas no contrato;
- III – acompanhar os testes operacionais dos equipamentos;
- IV – providenciar as correções, substituições e ajustes solicitados pela fiscalização;
- V – acompanhar os atendimentos em garantia e assistência técnica;
- VI – participar das reuniões de acompanhamento contratual quando convocado pela Administração;
- VII – receber notificações, orientações e determinações emitidas pela fiscalização contratual;
- VIII – prestar informações relativas ao cronograma de execução e à situação dos fornecimentos.

16.4. A Contratante poderá recusar, mediante justificativa formal, a indicação ou a permanência do preposto quando verificar conduta incompatível com a adequada execução contratual, ausência de capacidade de interlocução, descumprimento reiterado das obrigações assumidas ou inobservância das determinações da fiscalização.

16.5. Na hipótese de recusa ou substituição do preposto, a Contratada deverá indicar novo representante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ou em prazo inferior definido pela Administração em situações de urgência.

16.6. A substituição do preposto não eximirá a Contratada das responsabilidades decorrentes de atos, omissões, falhas ou descumprimentos ocorridos durante a execução contratual.

16.7. O preposto deverá possuir autonomia suficiente para tratar das questões operacionais relacionadas à execução do contrato, incluindo entregas, instalações, substituições, correções, atendimentos em garantia e demais providências necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

16.8. O preposto deverá possuir meios de comunicação que permitam atendimento tempestivo às demandas da fiscalização contratual em todas as unidades do CREF8 abrangidas pela contratação, independentemente do Estado de execução do objeto.

## **17. FISCALIZAÇÃO**

17.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato formalmente designado(s) pelo CREF8/AM-AC-RO-RR, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022.

17.2. Compete à fiscalização contratual acompanhar, controlar, verificar e registrar a execução do objeto, adotando as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

17.2.1. Sem prejuízo das demais atribuições previstas na legislação aplicável, compete à fiscalização:

I – acompanhar a execução contratual em todas as suas etapas;

II – verificar o cumprimento dos prazos de fornecimento, entrega, instalação, montagem, ativação e configuração dos bens;

III – verificar a conformidade dos equipamentos, mobiliários e demais itens com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

IV – acompanhar a instalação do aparelho de ar-condicionado e verificar seu pleno funcionamento;

V – acompanhar a instalação, ativação e configuração da solução de conectividade via satélite;

VI – acompanhar a montagem dos mobiliários, quando aplicável;

VII – verificar a entrega dos manuais, certificados de garantia e demais documentos exigidos;

VIII – acompanhar a realização dos testes operacionais dos equipamentos instalados;

IX – registrar ocorrências, falhas, atrasos ou inconformidades verificadas durante a execução contratual;



X – solicitar correções, substituições, complementações ou ajustes necessários ao adequado cumprimento do objeto;

XI – acompanhar os atendimentos realizados durante o período de garantia;

XII – propor a aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis;

XIII – emitir os termos de recebimento provisório e definitivo, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

17.3. A fiscalização poderá realizar inspeções, diligências, verificações técnicas, conferências físicas e demais procedimentos necessários ao acompanhamento da execução contratual, a qualquer tempo.

17.4. A fiscalização poderá rejeitar total ou parcialmente qualquer item que apresente defeitos, avarias, falhas de funcionamento ou desconformidades em relação às especificações técnicas exigidas.

17.5. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos, pelos serviços executados e pelo cumprimento das obrigações assumidas.

17.6. A contratada deverá prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização e disponibilizar acesso aos documentos, registros, certificados de garantia, manuais técnicos e demais elementos relacionados à execução contratual.

17.7. Os registros produzidos pela fiscalização integrarão os autos do processo administrativo e poderão subsidiar recebimentos, pagamentos, aplicação de penalidades, prestação de contas, auditorias e demais atos relacionados à gestão contratual.

17.8. Durante o período de garantia, a fiscalização acompanhará os atendimentos realizados pela contratada, podendo registrar ocorrências, exigir correções, acompanhar substituições de equipamentos e verificar o cumprimento dos prazos de atendimento estabelecidos neste Termo de Referência.

17.9. A fiscalização poderá solicitar testes complementares de funcionamento dos equipamentos sempre que houver indícios de falha, defeito ou desconformidade com as especificações contratadas.

17.10. A fiscalização poderá contar com o apoio dos Coordenadores das Seccionais do Acre, Rondônia e Roraima para acompanhamento das entregas, instalações e verificações preliminares dos bens destinados às respectivas unidades, sem prejuízo da competência dos fiscais formalmente designados.

## **18. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

18.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do objeto, verificando o cumprimento integral das obrigações contratuais, das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e dos requisitos de qualidade exigidos para os bens fornecidos.

18.1.1. Compete ao fiscal técnico:

- I – acompanhar a execução contratual em todas as suas etapas;
- II – verificar o cumprimento dos prazos de fornecimento, entrega, instalação, montagem, ativação e configuração dos equipamentos e mobiliários;
- III – verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- IV – acompanhar a instalação e os testes operacionais do aparelho de ar-condicionado;
- V – acompanhar a instalação, ativação, configuração e testes operacionais da solução de conectividade via satélite;
- VI – verificar a correta montagem dos mobiliários fornecidos;
- VII – conferir a entrega dos manuais, certificados de garantia e demais documentos técnicos exigidos;
- VIII – registrar ocorrências, falhas, atrasos e inconformidades identificadas durante a execução contratual;
- IX – solicitar correções, complementações, substituições ou ajustes necessários ao adequado cumprimento do objeto;
- X – acompanhar os atendimentos realizados durante o período de garantia;
- XI – propor a aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis;
- XII – subsidiar a emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo.

18.2. O fiscal técnico deverá registrar todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, contendo a descrição dos fatos, as medidas adotadas e as providências solicitadas à contratada.

18.3. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificação formal à contratada, estabelecendo prazo para correção, substituição ou regularização da ocorrência.

18.4. O fiscal técnico poderá realizar inspeções, diligências, verificações técnicas, testes operacionais, conferências físicas e demais procedimentos necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

18.5. A fiscalização técnica verificará, dentre outros aspectos:

I – qualidade dos equipamentos fornecidos;

II – conformidade das instalações realizadas;

III – funcionamento dos equipamentos entregues;

IV – cumprimento das especificações técnicas exigidas;

V – adequação dos materiais utilizados nas instalações;

VI – atendimento das condições de garantia previstas neste Termo de Referência.

18.6. A contratada poderá apresentar justificativas ou esclarecimentos relativos às ocorrências registradas, cabendo ao fiscal técnico avaliar sua pertinência e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas.

18.7. A atuação da fiscalização técnica não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos e pelo cumprimento das obrigações assumidas.

18.8. A fiscalização técnica poderá contar com o apoio dos Coordenadores das Seccionais do Acre, Rondônia e Roraima para acompanhamento das entregas, instalações e verificações preliminares dos bens destinados às respectivas unidades, sem prejuízo das atribuições dos fiscais formalmente designados.

## **19. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

19.1. O fiscal administrativo acompanhará os aspectos administrativos da execução contratual, observando especialmente:

I – a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a vigência contratual;

II – a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos exigidos para contratação;

III – o acompanhamento dos pagamentos realizados;

IV – o acompanhamento dos prazos contratuais;

V – o acompanhamento dos recebimentos provisório e definitivo;

VI – o acompanhamento das garantias dos bens fornecidos;

VII – o acompanhamento dos atendimentos realizados durante o período de garantia;

VIII – o acompanhamento de eventuais alterações contratuais, apostilamentos e demais instrumentos administrativos relacionados à execução do contrato;

IX – a verificação da regularidade documental da contratada durante toda a execução contratual.

19.2. A contratada deverá manter atualizada toda a documentação necessária à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais condições de habilitação exigidas no certame, apresentando-a sempre que solicitada pela fiscalização contratual.

19.3. O fiscal administrativo deverá registrar nos autos do processo as ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações administrativas da contratada, incluindo notificações, solicitações de regularização, aplicação de sanções, registros de pagamentos e demais atos pertinentes à gestão contratual.

19.4. Verificada a perda das condições de habilitação, irregularidade fiscal ou descumprimento das obrigações administrativas previstas no contrato, a fiscalização adotará as providências cabíveis, inclusive a notificação da contratada para regularização da situação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

19.5. O acompanhamento administrativo não exclui a atuação da fiscalização técnica nem afasta a responsabilidade da contratada pelo cumprimento integral das obrigações assumidas.

19.6. Os documentos fiscais apresentados para fins de pagamento deverão corresponder aos bens efetivamente entregues, instalados, montados, ativados e recebidos pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

19.7. A fiscalização administrativa poderá solicitar documentos complementares necessários à instrução dos processos de pagamento, prestação de contas, auditorias, fiscalizações e demais procedimentos de controle interno e externo relacionados à contratação.



19.8. Os registros produzidos pela fiscalização administrativa integrarão os autos do processo administrativo e poderão subsidiar pagamentos, retenções, sanções, auditorias, prestações de contas e demais atos relacionados à gestão contratual.

## **20. GESTOR DO CONTRATO**

20.1. O gestor do contrato coordenará o acompanhamento da execução contratual, promovendo a integração entre a fiscalização técnica, a fiscalização administrativa e a Administração, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.246/2022 e deste Termo de Referência.

20.1.1. Compete ao gestor do contrato:

I – coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, mantendo organizados todos os registros formais da execução, incluindo notificações, relatórios, termos de recebimento, registros de ocorrências, pagamentos, aditivos, apostilamentos e demais documentos pertinentes;

II – acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato e as medidas adotadas para correção de falhas ou irregularidades identificadas durante a execução contratual;

III – acompanhar o cumprimento do cronograma de fornecimento, entrega, instalação, montagem, ativação e configuração dos bens contratados;

IV – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a vigência contratual;

V – acompanhar o cumprimento das obrigações relacionadas à garantia dos bens fornecidos;

VI – acompanhar os riscos relacionados à execução contratual e propor medidas preventivas ou corretivas quando necessário;

VII – consolidar as informações produzidas pelos fiscais técnico e administrativo para fins de acompanhamento da execução contratual;

VIII – emitir documento consolidado de avaliação da execução contratual com base nas informações prestadas pelos fiscais do contrato;

IX – adotar providências para instauração de processo administrativo de responsabilização, quando identificadas infrações contratuais ou legais passíveis de sanção;

X – acompanhar os procedimentos de recebimento provisório e definitivo dos bens;

XI – encaminhar ao setor competente a documentação necessária à liquidação e ao pagamento das despesas contratuais;

XII – acompanhar a execução física e financeira da contratação, observando o cumprimento das metas e dos objetivos previstos no projeto financiado pelo Fundo de Desenvolvimento do Sistema CONFEEF/CREFs;

XIII – acompanhar os procedimentos de encerramento contratual e a entrega da documentação técnica, certificados de garantia e demais documentos exigidos;

XIV – elaborar relatório final da contratação contendo avaliação dos resultados alcançados, cumprimento dos objetivos institucionais, desempenho da contratada, principais ocorrências registradas e recomendações para futuras contratações.

20.2. O gestor do contrato poderá convocar reuniões de acompanhamento com a contratada e com a equipe de fiscalização para avaliação da execução contratual, do cronograma de fornecimento, das entregas realizadas, das pendências identificadas e das medidas corretivas eventualmente necessárias.

20.3. O gestor do contrato poderá solicitar informações complementares, relatórios, documentos e esclarecimentos necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

20.4. A atuação do gestor do contrato não afasta as competências dos fiscais designados nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto contratado.

20.5. O gestor do contrato acompanhará, quando necessário, os procedimentos de prestação de contas relacionados aos recursos utilizados na contratação, fornecendo informações e documentos necessários às auditorias, fiscalizações e demais procedimentos de controle interno e externo.

## **21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

21.1. O pagamento será realizado de acordo com os itens efetivamente fornecidos, entregues, instalados, montados, ativados e recebidos pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

21.2. A liquidação da despesa e o pagamento ficarão condicionados:

I – à apresentação da respectiva nota fiscal ou documento fiscal equivalente;

II – à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, quando exigível;

III – à emissão do Termo de Recebimento Provisório;

IV – à emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela fiscalização contratual;

V – ao cumprimento das demais obrigações previstas no contrato.

21.3. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos bens, mediante conferência preliminar das quantidades, especificações aparentes e integridade física dos produtos.

21.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos bens fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como da conclusão das instalações, montagens, ativações, configurações e testes operacionais exigidos.

21.5. O pagamento somente será autorizado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo correspondente aos itens entregues e aceitos pela Administração.

21.6. Os bens que apresentarem defeitos, avarias, falhas de funcionamento, ausência de componentes, divergências de especificação ou qualquer desconformidade em relação ao objeto contratado poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, não gerando direito ao pagamento até a sua regularização.

21.7. Verificada qualquer irregularidade na execução contratual, a Administração poderá suspender o pagamento da parcela correspondente até a efetiva correção da ocorrência pela contratada, sem prejuízo da aplicação das demais medidas previstas na legislação e no contrato.

21.8. Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária em conta de titularidade da contratada, no prazo previsto no contrato, contado da liquidação regular da despesa.

21.9. O pagamento não implica aceitação definitiva dos bens fornecidos nem afasta a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos de fabricação, falhas de instalação ou obrigações de garantia.

21.10. A Administração poderá solicitar documentos complementares necessários à instrução dos processos de liquidação, pagamento, auditoria, fiscalização e prestação de contas dos recursos utilizados na contratação.

21.11. Os pagamentos observarão a disponibilidade orçamentária e financeira do CREF8, bem como as normas aplicáveis à execução da despesa pública.

21.12. O pagamento poderá ocorrer por grupo ou por item efetivamente entregue, instalado e recebido definitivamente, observadas as condições estabelecidas no contrato e a disponibilidade orçamentária.

21.13. Para os itens de conectividade via satélite, considera-se integralmente executado o objeto após a instalação dos equipamentos, ativação da solução e comprovação da disponibilização do plano de conectividade pelo período contratual de 12 (doze) meses, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **22. DO RECEBIMENTO**

22.1. Os bens fornecidos serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da entrega, pelos fiscais técnico e administrativo do contrato, mediante verificação preliminar das quantidades, especificações aparentes, integridade física dos produtos e documentação apresentada pela contratada.

22.2. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos bens, constituindo etapa destinada à conferência inicial dos itens fornecidos.

22.3. Para fins de recebimento provisório, a contratada deverá apresentar, no mínimo:

I – nota fiscal correspondente aos bens entregues;

II – relação dos itens fornecidos;

III – manuais dos equipamentos, quando aplicável;

IV – certificados de garantia dos fabricantes, quando aplicável;

V – documentação técnica eventualmente exigida neste Termo de Referência.

22.4. O fiscal técnico realizará a conferência dos bens fornecidos, verificando especialmente:

I – conformidade com as especificações técnicas exigidas;

II – integridade física dos equipamentos e mobiliários;

III – presença de todos os acessórios, componentes e itens complementares previstos;

IV – correta execução dos serviços de montagem, instalação, ativação e configuração, quando aplicáveis;

V – realização dos testes operacionais exigidos;



VI – pleno funcionamento dos equipamentos instalados.

22.5. O fiscal administrativo realizará a verificação da documentação fiscal, contratual e administrativa necessária ao processamento da liquidação e pagamento da despesa.

22.6. Os bens poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando apresentarem:

- I – defeitos de fabricação;
- II – avarias decorrentes do transporte;
- III – ausência de componentes ou acessórios obrigatórios;
- IV – divergência em relação às especificações técnicas exigidas;
- V – falhas de instalação, montagem, ativação ou configuração;
- VI – qualquer outra desconformidade que comprometa sua utilização.

22.7. A contratada ficará obrigada a substituir, reparar, complementar ou corrigir, às suas expensas, os itens rejeitados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação formal da Administração.

22.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão do recebimento provisório, após a verificação do atendimento integral das exigências contratuais e da correção de todas as pendências eventualmente identificadas.

22.9. Para fins de recebimento definitivo serão observados, cumulativamente:

- I – conformidade dos bens com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- II – conclusão das instalações, montagens, ativações e configurações previstas;
- III – aprovação dos testes operacionais realizados;
- IV – entrega dos manuais, certificados de garantia e demais documentos exigidos;
- V – inexistência de pendências registradas pela fiscalização;
- VI – regularidade da documentação contratual necessária ao pagamento.

22.10. O gestor do contrato emitirá documento consolidado de avaliação da execução contratual, considerando os registros da fiscalização técnica e administrativa e as eventuais ocorrências verificadas durante a execução.

22.11. Constatadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, a contratada será formalmente notificada para adoção das medidas corretivas necessárias.

22.12. No caso de controvérsia quanto à qualidade, quantidade ou conformidade dos bens fornecidos, observar-se-á o disposto no artigo 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser processado o pagamento da parcela incontroversa.

22.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, administrativa, contratual, técnica ou profissional da contratada pela perfeita execução do objeto, nem afasta sua responsabilidade pelos vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, falhas de instalação ou obrigações decorrentes da garantia dos bens fornecidos.

22.14. Para os itens que demandarem instalação ou ativação, especialmente o aparelho de ar-condicionado e a solução de conectividade via satélite, o recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de pleno funcionamento dos equipamentos e à validação da instalação pela fiscalização contratual.

22.15. Considerando que os bens serão entregues em unidades localizadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, poderão ser emitidos termos de recebimento por unidade de destino, sem prejuízo da consolidação das informações pela fiscalização e gestão contratual.

## **23. LIQUIDAÇÃO**

23.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, na forma da legislação aplicável.

23.2. O prazo de liquidação somente terá início após:

I – o recebimento provisório dos bens;

II – a apresentação da documentação exigida neste Termo de Referência;

III – a validação técnica dos bens fornecidos pela fiscalização contratual;

IV – a inexistência de pendências impeditivas da liquidação.

23.2.1. Para fins de liquidação da despesa, a contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal:

- I – relação dos itens fornecidos;
- II – comprovante de entrega dos bens, quando aplicável;
- III – comprovante de instalação, montagem, ativação e configuração dos equipamentos, quando aplicável;
- IV – certificados de garantia dos fabricantes;
- V – manuais técnicos e operacionais dos equipamentos, quando aplicável;
- VI – demais documentos eventualmente exigidos pela fiscalização contratual.

23.3. O setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou documento equivalente contém os elementos necessários à liquidação da despesa, especialmente:

- I – identificação da contratada;
- II – número do contrato ou instrumento equivalente;
- III – descrição dos bens fornecidos;
- IV – quantitativos efetivamente entregues;
- V – valor devido;
- VI – retenções tributárias eventualmente aplicáveis.

23.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, inconsistência documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o processo ficará suspenso até que a contratada promova a regularização necessária, reiniciando-se a contagem do prazo após a efetiva correção.

23.5. A liquidação ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, mediante consulta ao SICAF ou aos meios legalmente admitidos.

23.6. Constatada irregularidade na manutenção das condições de habilitação, a contratada será notificada para regularização no prazo legal, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

23.7. Não serão liquidados bens que apresentem defeitos, avarias, ausência de componentes, falhas de instalação, montagem inadequada ou qualquer desconformidade em relação às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

23.8. A liquidação da despesa ficará condicionada à emissão do Termo de Recebimento Definitivo correspondente aos bens fornecidos.

23.9. A liquidação da despesa não implica aceitação definitiva dos bens nem afasta a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos de fabricação, falhas de instalação, problemas de funcionamento ou obrigações decorrentes da garantia contratual.

23.10. Para os itens que demandarem instalação ou ativação, especialmente o aparelho de ar-condicionado e a solução de conectividade via satélite, a liquidação ficará condicionada à comprovação de pleno funcionamento dos equipamentos e à validação da instalação pela fiscalização contratual.

23.11. Quando a entrega ocorrer em unidades distintas do CREF8 localizadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, a liquidação poderá considerar os respectivos termos de recebimento emitidos pelas unidades beneficiadas, sem prejuízo da consolidação das informações pela fiscalização e gestão contratual.

23.12. A liquidação e o pagamento poderão ocorrer por grupo ou por item efetivamente entregue, instalado e recebido definitivamente, observadas as condições estabelecidas no contrato e a disponibilidade orçamentária da Administração.

## **24. PRAZO DE PAGAMENTO**

24.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022 e demais normas aplicáveis.

24.2. O pagamento observará os bens efetivamente fornecidos, entregues, instalados, montados, ativados e recebidos definitivamente pela Administração, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

24.2.1. O pagamento ficará condicionado:

I – ao recebimento definitivo dos bens correspondentes;

II – à aprovação da fiscalização contratual;



III – à inexistência de pendências impeditivas da liquidação da despesa;

IV – à manutenção das condições de habilitação da contratada.

24.3. No caso de atraso imputável exclusivamente ao Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente desde a data final prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

24.4. A existência de pendências técnicas, documentais, fiscais, contratuais ou relacionadas à qualidade dos bens fornecidos suspenderá a contagem do prazo de pagamento até sua completa regularização pela contratada.

24.5. Os pagamentos não significam aceitação definitiva dos bens fornecidos nem afastam a responsabilidade da contratada por defeitos de fabricação, falhas de instalação, vícios ocultos ou quaisquer obrigações decorrentes da garantia contratual.

24.6. Não haverá pagamento de bens rejeitados pela fiscalização, de itens entregues em desacordo com as especificações técnicas exigidas ou de equipamentos que não tenham sido devidamente instalados, montados, ativados ou configurados, quando tais serviços integrarem o objeto contratado.

24.7. Os pagamentos serão realizados mediante ordem bancária em conta de titularidade da contratada, observadas as retenções tributárias legalmente aplicáveis.

24.8. Quando a contratação contemplar entregas em unidades distintas do CREF8 localizadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, o pagamento poderá ocorrer por grupo ou por item efetivamente entregue e recebido definitivamente, observadas as condições estabelecidas no contrato e a disponibilidade orçamentária da Administração.

24.9. O pagamento ficará condicionado à apresentação da Nota Fiscal correspondente aos bens efetivamente fornecidos, acompanhada da documentação exigida neste Termo de Referência e validada pela fiscalização contratual.

## **25. FORMA DE PAGAMENTO**

25.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade da contratada, previamente informados à Administração.

25.1.1. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar a emissão da respectiva ordem bancária.

25.2. O pagamento observará os bens efetivamente fornecidos, entregues, instalados, montados, ativados e recebidos definitivamente pela Administração, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

25.3. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

25.4. Independentemente do percentual de tributos informado na proposta ou na Nota Fiscal, serão observadas as retenções legalmente exigidas à época do pagamento.

25.5. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos pelo referido regime, desde que apresente documentação comprobatória válida de sua condição tributária.

25.5.1. O pagamento ficará condicionado:

I – ao recebimento definitivo dos bens correspondentes;

II – à regular liquidação da despesa;

III – à manutenção das condições de habilitação da contratada;

IV – à apresentação da documentação exigida neste Termo de Referência;

V – à inexistência de pendências impeditivas identificadas pela fiscalização contratual.

25.6. Não haverá pagamento de bens rejeitados, de itens entregues em desconformidade com as especificações técnicas exigidas, de equipamentos não instalados quando a instalação fizer parte do objeto contratado ou de serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

25.7. Os pagamentos efetuados não implicam aceitação definitiva dos bens fornecidos nem afastam a responsabilidade da contratada por defeitos de fabricação, falhas de instalação, vícios ocultos ou quaisquer obrigações decorrentes da garantia contratual.

25.8. A Nota Fiscal deverá discriminar, no mínimo:

I – o número do contrato ou instrumento equivalente;

II – os itens fornecidos;

III – os quantitativos efetivamente entregues;

IV – os locais de entrega, quando aplicável;

V – os valores unitários e totais correspondentes;

VI – demais informações exigidas pela legislação fiscal vigente.

25.9. Quando houver fornecimento com instalação, montagem, ativação ou configuração, a Nota Fiscal deverá estar acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios de execução e dos termos de recebimento emitidos pela fiscalização contratual.

25.10. Os pagamentos poderão ocorrer por grupo ou por item efetivamente entregue e recebido definitivamente, observadas as condições estabelecidas no contrato, a disponibilidade orçamentária da Administração e a efetiva execução do objeto correspondente.

25.11. Os pagamentos observarão os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados para o projeto, inclusive aqueles provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Sistema CONFED/CREFs, quando aplicável.

## **26. CESSÃO DE CRÉDITO**

26.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes deste contrato em favor de instituição financeira, nos termos da legislação vigente e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 08 de julho de 2020.

26.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia e expressa autorização da Administração.

26.3. A eficácia da cessão de crédito perante o CREF8 ficará condicionada à formalização do respectivo termo aditivo contratual, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

26.4. A celebração do termo aditivo de cessão de crédito dependerá da verificação da regularidade fiscal, trabalhista e jurídica do cessionário, bem como da inexistência de impedimentos legais para contratar com a Administração Pública.

26.5. O crédito objeto da cessão corresponderá exclusivamente aos valores efetivamente devidos pela Administração em razão dos bens regularmente fornecidos, entregues, instalados, montados, ativados, configurados e recebidos, permanecendo integralmente aplicáveis:

- I – os critérios de recebimento estabelecidos no contrato;
- II – as retenções tributárias previstas na legislação vigente;
- III – as multas contratuais eventualmente aplicadas;
- IV – os descontos legalmente cabíveis;
- V – as compensações admitidas pela legislação;
- VI – as demais prerrogativas da Administração previstas no regime jurídico dos contratos administrativos.

26.6. A cessão de crédito não afastará nem limitará a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto contratado.

26.7. A cessão de crédito não implicará alteração das obrigações contratuais assumidas pela contratada, permanecendo esta integralmente responsável pelo fornecimento dos bens, pela qualidade dos produtos entregues, pelos serviços de instalação, montagem, ativação e configuração, pelo cumprimento dos prazos, pela correção das inconformidades identificadas, pela manutenção das condições de habilitação e pelo atendimento das determinações da fiscalização contratual.

26.8. A existência de cessão de crédito não impedirá a Administração de promover retenções, compensações ou aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento contratual.

26.9. A cessão de crédito não produzirá qualquer efeito sobre os procedimentos de recebimento, liquidação, fiscalização, pagamento ou responsabilização previstos neste Termo de Referência e no contrato.

26.10. Eventual cessão de crédito não conferirá ao cessionário qualquer direito de interferir na execução contratual, permanecendo todas as obrigações técnicas e administrativas exclusivamente sob responsabilidade da contratada.

### **30. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **30.1. Forma de seleção e critério de julgamento**



30.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

30.1.2. O critério de julgamento será o de Menor Preço por Grupo, observadas as especificações técnicas, requisitos de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

30.1.3. A adjudicação ocorrerá por grupo, admitindo-se que uma mesma licitante seja vencedora de um ou mais grupos, desde que atenda integralmente às exigências do edital e apresente a proposta mais vantajosa para a Administração.

### **30.2. Regime de execução**

30.2.1. O regime de execução será o de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do artigo 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

### **30.3. Exigências de habilitação**

30.3.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **30.4. Habilitação Jurídica**

30.4.1. Pessoa jurídica: apresentação dos documentos previstos no artigo 66 da Lei nº 14.133/2021, conforme sua natureza jurídica.

### **30.5. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

I – prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Conjunta expedida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais;

III – prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

V – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando exigível, compatível com o objeto da contratação;

VI – prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratado.

30.5.1. Caso a licitante seja considerada isenta de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição mediante declaração ou certidão expedida pelo órgão competente.

30.5.2. A licitante enquadrada como Microempreendedor Individual – MEI ficará dispensada da comprovação de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.

### **31. Qualificação Econômico-Financeira**

31.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar a documentação prevista no artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo:

I – balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, quando exigíveis;

II – certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

III – comprovação de boa situação financeira mediante apresentação dos seguintes índices:

a) Liquidez Geral (LG) superior a 1,00;

b) Liquidez Corrente (LC) superior a 1,00;

c) Solvência Geral (SG) superior a 1,00.

31.2. As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar os demonstrativos contábeis correspondentes ao período de sua existência.

31.3. As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura.

31.4. Caso a licitante apresente resultado igual ou inferior a 1,00 em qualquer dos índices previstos neste item, deverá comprovar patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo para o qual apresentar proposta, nos termos do artigo 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

31.5. Os índices econômicos deverão ser calculados com base nas demonstrações contábeis apresentadas, podendo a Administração realizar conferência dos cálculos durante a análise da habilitação.

31.6. As demonstrações contábeis deverão estar devidamente registradas nos órgãos competentes e, quando exigível, transmitidas por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD.

## **32. Qualificação Técnica**

32.1. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação mediante apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

32.2. Os atestados deverão comprovar a execução satisfatória de fornecimento compatível com o grupo para o qual a licitante apresentar proposta.

32.3. Para o Grupo 01 – Máquinas e Equipamentos, a licitante deverá comprovar fornecimento de equipamentos compatíveis com os itens licitados, tais como aparelhos de ar-condicionado, fragmentadoras de documentos ou equipamentos equivalentes.

32.4. Para o Grupo 02 – Equipamentos de Internet via Satélite, a licitante deverá comprovar fornecimento, instalação, configuração ou ativação de soluções de conectividade, telecomunicações, internet via satélite ou equipamentos de rede equivalentes.

32.5. Para o Grupo 03 – Mobiliário, a licitante deverá comprovar fornecimento de mobiliário corporativo ou mobiliário de escritório compatível com os itens licitados.

32.6. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica.

32.7. Os atestados deverão conter, sempre que possível:

I – identificação do contratante;

II – objeto executado;

III – quantitativos fornecidos;

IV – período de execução;

V – manifestação acerca da satisfatória execução do objeto.

32.8. A Administração poderá promover diligências para confirmação das informações constantes dos atestados apresentados.

32.9. A licitante deverá apresentar declaração de que possui ou possuirá, até a data de início da execução contratual, estrutura operacional suficiente para execução integral das obrigações assumidas.

32.10. Para o Grupo 02 – Equipamentos de Internet via Satélite, a licitante deverá apresentar declaração de que possui capacidade operacional para realizar a entrega, instalação, ativação e configuração dos equipamentos nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

32.11. Os documentos de qualificação técnica serão exigidos apenas em relação ao(s) grupo(s) para o(s) qual(is) a licitante apresentar proposta.

32.12. Para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, não será exigido quantitativo mínimo de fornecimento anterior, bastando a demonstração de experiência compatível com o objeto do grupo disputado.

### **33. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

33.1. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar os documentos compatíveis com sua natureza jurídica, nos termos da legislação vigente.

I – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

III – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada dos documentos de eleição ou designação de seus administradores, quando aplicável;

IV – Sociedade empresária estrangeira: autorização de funcionamento no País, na forma da legislação vigente;



V – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada da prova da indicação dos seus administradores;

VI – Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da unidade, com averbação no registro da respectiva matriz;

VII – Sociedade cooperativa: ato constitutivo e documentos previstos na legislação específica.

33.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da respectiva consolidação vigente.

#### **34. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

34.1. O valor estimado da contratação foi obtido mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente e consta dos autos do processo administrativo.

34.2. A estimativa contempla o fornecimento, transporte, entrega, montagem, instalação, ativação, configuração, garantia e demais custos necessários à plena execução do objeto, compreendendo:

I – fornecimento e instalação de aparelho de ar-condicionado split 18.000 BTUs;

II – fornecimento de fragmentadoras de documentos;

III – fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO);

IV – fornecimento e montagem de mobiliário corporativo.

34.3. O valor estimado da contratação será distribuído por grupo, conforme demonstrado na planilha de formação de preços que integra o processo administrativo.

34.4. Os quantitativos foram definidos com base nas necessidades identificadas pelas unidades do CREF8 localizadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

34.5. O valor estimado contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo fornecimento dos bens, frete, transporte, carga e descarga, montagem, instalação, ativação, configuração, materiais complementares, assistência técnica, garantia, tributos, encargos sociais e demais despesas necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

34.6. Os quantitativos constantes deste Termo de Referência representam a demanda efetivamente identificada pela Administração para atendimento do projeto aprovado.

### **35. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

35.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos próprios do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, previstos no orçamento vigente.

35.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias e contas contábeis, conforme a natureza dos bens adquiridos:

I – Conta Contábil: 6.2.2.1.01.02.005 – Máquinas e Equipamentos;

II – Conta Contábil: 6.2.2.1.01.02.004 – Móveis e Utensílios.

35.3. Os respectivos empenhos serão emitidos de acordo com a classificação contábil correspondente a cada grupo de itens contratados.

35.4. A dotação orçamentária específica para suportar a despesa será indicada na Nota de Empenho e demais documentos contábeis emitidos para a contratação.

35.5. As despesas correrão à conta dos recursos próprios do CREF8 e dos recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Sistema CONFEF/CREFs, conforme Plano de Trabalho aprovado.

35.6. O valor estimado da contratação constará da pesquisa de preços, do mapa comparativo de preços e dos demais documentos que integram o processo administrativo.

### **38. ANEXOS OPERACIONAIS**

ANEXO I – Especificações Técnicas dos Itens

ANEXO II – Planilha de Quantitativos e Locais de Entrega

ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Capacidade Operacional

ANEXO V – Modelo de Termo de Recebimento Provisório

ANEXO VI – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo

ANEXO VII – Matriz de Riscos da Contratação

### 39. Responsáveis

39.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com os documentos de planejamento da contratação e com as necessidades identificadas pelo Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR.

39.2. O documento foi formalizado e assinado eletronicamente por meio do sistema institucional utilizado pelo CREF8, observados os requisitos de autenticidade, integridade, rastreabilidade e validade jurídica previstos na legislação aplicável.

39.3. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília/DF e poderão ser verificadas diretamente no sistema eletrônico institucional.

Despacho: Equipe de Apoio para processo de licitação.

**INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA**

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo o seguinte documento de acordo com o que prescreve a Lei 14.133/21.

**LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO**

Autoridade competente



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A9E3-18B7-7B82-36E9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO (CPF 317.XXX.XXX-91) em 19/06/2026 09:47:39 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA (CPF 937.XXX.XXX-68) em 19/06/2026 09:51:42 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CAROLINE FARIAS SOARES (CPF 948.XXX.XXX-63) em 19/06/2026 10:27:29 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DANIELLY CAVALCANTE SIQUEIRA (CPF 022.XXX.XXX-25) em 19/06/2026 11:29:06 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://crefam.1doc.com.br/verificacao/A9E3-18B7-7B82-36E9>